

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 765 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Congresso vota aumento da Cofins e novo sistema de previdência pública

As duas propostas integram a relação das seis medidas provisórias que deputados e senadores apreciam a partir das 14h30. Ainda hoje, deverá ter início no Senado a tramitação da emenda constitucional que eleva a CPMF

Os senadores Elcio Alvares, Pedro Piva e José Roberto Arruda, ao saírem da reunião de lideranças governistas em que se confirmou para hoje a votação de algumas das principais medidas do ajuste fiscal



O Congresso Nacional examina hoje uma pauta que inclui seis medidas provisórias, duas das quais estão entre as mais importantes do ajuste fiscal proposto pelo governo. Uma delas aumenta de 2% para 3% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A outra estabelece as novas regras para a aposentadoria dos servidores.

No Senado, deve ser apresentado o texto da proposta de emenda constitucional que eleva de 0,20% para 0,38% a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

PÁGINAS 3 E 9



Suplicy e Emília na coletiva junto com deputados em que anunciaram esforço pela CPI

Mendonça de Barros depõe amanhã no Senado

PÁGINA 4

Oposição busca assinaturas para CPI

Os senadores Eduardo Suplicy, Emília Fernandes e José Eduardo Dutra anunciaram ontem que estão recolhendo assinaturas para uma CPI que visa apurar denúncias de irregularidades na privatização de estatais. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que as investigações sobre o “grampo” telefônico estão a cargo das autoridades competentes e lembrou que a prioridade é votação do ajuste fiscal.

PÁGINAS 5 E 9

Comissões enviam suas propostas ao Orçamento

PÁGINAS 7, 8 E 10

SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA

Parlamento mais perto da sociedade

O I Seminário de Comunicação Legislativa, aberto oficialmente ontem por diretores do Senado (foto), discutiu maneiras de aproximar mais o Poder Legislativo da sociedade. Três senadores participaram das atividades.

PÁGINA 6



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Unibiótica

7h30 - Especial Unip - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varella entrevista Carlos Souza Dias. Assunto: Estrabismo - 1ª parte

7h55 - Senado em Pauta

8h - Saúde Todo Dia - Atividade: Hidroginástica

8h25 - Nossa Programação

8h30 - Jornal do Senado

8h55 - Senado em Pauta

9h - Cores do Brasil - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Folclore Goiano

9h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre os planos de saúde

9h55 - Senado em Pauta

10h - Sessão Plenária (ao vivo) - Em votação: Proposta de emenda constitucional que estabelece prazo prescricional para reclamações trabalhistas de empregados rurais

12h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre os planos de saúde

12h55 - Senado em Pauta

13h - Cores do Brasil - Serra dos Órgãos

13h30 - Agenda Econômica - O deputado Delfim Netto fala sobre a estabilidade fiscal

14h30 - Sessão do Congresso (ao vivo) - Apresentação de medidas provisórias relacionadas com a Previdência Social

18h30 - República - 3º capítulo (representação)

19h30 - Palestra - Reforma Constitucional e Administrativa

20h30 - Entrevista - O senador Lúcio Alcântara fala sobre os planos de saúde

21h - Jornal do Senado

21h15 - Agenda Econômica - O deputado Delfim Netto fala sobre a estabilidade fiscal

21h55 - Senado em Pauta

22h - Sessão Plenária (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado

Em seguida - Música e informação

10h - Plenário do Senado (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

14h30 - Sessão Conjunta do Senado (ao vivo)

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

Em seguida - Música e informação

20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"

Em seguida - Música e informação

21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"

Em seguida - Música e informação

21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"

Em seguida - Música e informação

0h - Reprise Sessão Plenária

Em seguida - Música e informação

CRE aprova emendas para vários projetos militares

Calha Norte, modernização do Exército e construção do submarino nuclear são projetos que ganharão verbas no Orçamento de 99

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores aprovaram ontem seis emendas da comissão ao Orçamento da União de 1999. Uma das emendas, de autoria do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), destina R\$ 319 milhões para a modernização da força terrestre brasileira.

Em sua justificativa, o senador lembra o emprego do Exército em atividades complementares na área de saúde, transporte, meio ambiente e educação, e os graves problemas fronteiriços na Amazônia "que requerem um Exército com um mínimo de meios adequados ao exercício de suas funções constitucionais".

Outra emenda, da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), destina R\$ 11,5 milhões ao Programa Calha Norte, classificado pela senadora como uma das mais importantes contribuições do governo ao desenvolvimento da Amazônia.

A construção de um submarino de

propulsão nuclear, pela Marinha, também foi objeto da atenção dos membros da CRE, que aprovaram emenda ao Orçamento destinando ao projeto R\$ 50 milhões.

O Projeto de Desenvolvimento de Tecnologia no Campo Nuclear, criado nos anos 80, e que congrega vários centros de excelência no país, deverá receber, de acordo com emenda aprovada pela comissão, R\$ 1,4 milhão.

RASTREAMENTO

Também foi aprovada emenda destinando R\$ 6,8 milhões à construção da Estação Terrena de Rastreo e Controle de Satélites do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul.



Marluce Pinto fez emenda destinando R\$ 11,5 milhões ao Calha Norte

Os membros da CRE aprovaram, ainda, emenda ao Orçamento destinando R\$ 30 milhões à demarcação de terras indígenas, de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR).

Participaram da reunião da CRE os senadores Hugo Napoleão (PD), Bernardo Cabral (AM), José Agripino (RN), Joel de Hollanda (PE) e Romeu Tuma (SP), do PFL; Pedro Simon (RS), Casildo

Maldaner (SC), Marluce Pinto (RR), Mauro Miranda (GO) e Iris Rezende (GO), do PMDB; Lúcio Coelho (MS) e Artur da Távola (RJ) do PSDB; Benedita da Silva (RJ) e Eduardo Suplicy (SP), do PT; Abdias Nascimento (RJ) e Emília Fernandes (RS), do PDT.

Tropas vão para fronteira Peru-Ecuador

Na mesma reunião, a CRE aprovou projeto de decreto legislativo que autoriza o envio, pelo Brasil, de tropas e equipamentos para o exterior, para prestar apoio logístico aos trabalhos da Missão de Observadores Militares Equador/Peru (Momep). O projeto foi relatado pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Outros dois projetos de decreto legislativo foram aprovados pela CRE ontem. Um deles aprova o texto da

convenção para prevenir e punir atos de terrorismo configurados em delito contra as pessoas e a extorsão conexa, quando tiverem transcendência internacional. O relator foi o senador Romeu Tuma (PFL-SP).

O outro aprova a solicitação de reconhecimento da competência da Corte Internacional de Direitos Humanos para fatos ocorridos a partir deste reconhecimento, e teve como relator o senador Bernardo Cabral

(PFL-AM).

A comissão também aprovou a indicação de Sebastião do Rego Barros Neto para o cargo de embaixador na Argentina; de Sérgio de Queiroz Duarte para o cargo de embaixador na Áustria e, cumulativamente, na Eslovênia; e de Affonso Celso de Ouro Preto para embaixador na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia. A aprovação dos três nomes deu-se por unanimidade.

CAS faz reunião com 16 itens na pauta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar pauta de 16 itens, entre os quais um projeto de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que propõe que o FGTS possa ser utilizado para o pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior. A matéria tem parecer favorável do relator Lúcio Coelho (PSDB-MS).

Também será votado um requerimento de autoria do senador José Eduardo

Dutra (PT-SE) para que seja realizada audiência pública, em reunião conjunta da CAS com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com a presença do ministro do Trabalho, Edward Amadeo, e representantes da CUT, Força Sindical e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

Dutra quer discutir a PEC 623/98, de autoria do presidente da República, encaminhada ao Congresso Nacional.

A pauta da CAS inclui ainda projeto

de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que cria o conselho federal e os conselhos regionais de leiloeiros oficiais, que tem parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Outra matéria que deverá ser apreciada é o projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que trata da movimentação das contas do FGTS pelos servidores públicos quando houver mudança de regime jurídico.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2º Vice-Presidente: Júnia Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucídio Portella
 Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Recebe o presidente da CUT, Vicente Paulo da Silva
- ▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 14h30 - Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde; e *Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia a operação de crédito externo, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o programa de reforma do estado de Mato Grosso
- ▶ 14h30 - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP 1.723, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes de previdência dos servidores da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do DF; *MP 1.724, que altera legislação tributária federal - Cofins; *MP 1.663, que dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do INSS, a utilização de títulos da dívida pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com o INSS; *MP 1.599, que dispõe sobre a Organização de Assistência Social; *MP 1.604, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional; e *MP 1.676, que dispõe sobre a contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep).
Plenário da Câmara dos Deputados

COMISSÕES

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199 da Constituição, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; *PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; e *PLS nº 80/97, que dispõe sobre a criação e o desmembramento de estados e territórios e a reintegração de territórios ao estado de origem. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional do técnico de segurança patrimonial; *PLS nº 174/97, que cria o conselho federal e os conselhos regionais de leiloeiros oficiais, e dispõe sobre a regulamentação da profissão de leiloeiro público oficial; *PLS nº 240/96, que dispõe sobre a negociação coletiva de direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho; e *PLS nº 328/95, que dispõe sobre a movimentação das contas individualizadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), pelos servidores públicos, quando houver mudança de regime jurídico
Pauta extra: *Requerimento do senador José Eduardo Dutra, para que seja realizada audiência pública em reunião conjunta com CAS e CCJ, a fim de prestarem depoimentos o ministro do Trabalho e os representantes da CUT, da Força Sindical e do Diap, sobre a PEC nº 623/98, de autoria do presidente da República; e *PLS nº 78/98, que altera a Lei nº 8.036/90, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 9*
- ▶ 10h - Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Apreciação, discussão e votação dos PLNs nºs 30, 32, 33, 34, 35, 36, 42, 43 e 44/98-CN.
Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados
- ▶ 12h - Comissão de Educação
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 12/97, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes; *PLS nº 137/92, que fixa normas de formação de recursos humanos na área de saúde, regulamentando o inciso III do art. 200 da Constituição; *PDL nº 65/98, que renova a permissão da Rádio Clube (Vitória da Conquista - BA); e *PDL nº 76/98, que renova a concessão da Rádio Difusora (Rio Negro - PR). *Ala Senador Alexandre Costa - sala 15*
- ▶ 13h30 - Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: *Requerimento, de autoria do senador Eduardo Suplicy, solicitando seja convocado o ministro chefe da Casa Militar, general Alberto Mendes Cardoso, para prestar esclarecimentos sobre as investigações conduzidas no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência a respeito das denúncias públicas na revista *Época*; e *Discussão das emendas coletivas da Comissão de Fiscalização e Controle ao Orçamento da União para 1999. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 6*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quinta-feira (19.11.98)

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Finalidade da sessão: Comparecimento, por sua iniciativa, do ministro de Estado das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização do Sistema Telebrás, nos termos do parágrafo 1º do art. 50 da Constituição.

Congresso Nacional vota hoje seis medidas provisórias

A pauta inclui a MP 1.724/98, que eleva de 2% para 3% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O Congresso Nacional realiza sessão a partir das 14h30 de hoje para deliberar sobre seis medidas provisórias. Uma delas é a MP 1.724/98, que eleva de 2% para 3% a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). O texto da medida provisória admite, no entanto, a possibilidade de compensação de até um terço do valor da contribuição por meio do Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas.

Também será votada a MP 1.676/98, dispondo sobre a contribuição para os programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

Ela determina que a contribuição mensal devida pelos fabricantes de cigarros, na condição de contribuintes e substitutos dos comerciantes varejistas, será calculada sobre o preço fixado para a venda do produto no varejo, multiplicado por 1,38.

Outra medida provisória que aguarda a apreciação dos deputados e senadores é a 1.723/98, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes de previdência dos servidores da União, estados, Distrito Federal e municípios, além dos militares.

Senado aprecia PEC que reduz gastos públicos

O plenário do Senado Federal deverá votar hoje proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), que limita os gastos com as câmaras de vereadores em todo o país.

A proposição, já aprovada em primeiro turno, entra nesta quarta-feira em seu terceiro e último dia de discussão em segundo turno, podendo ser votada a seguir. A PEC tem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde a proposta foi relatada pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM).

Também deverá ser votada hoje, mas em primeiro turno, a PEC de autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria um prazo de prescrição das ações trabalhistas movidas por trabalhadores rurais. A matéria tem parecer



Os deputados e senadores também examinarão a MP que define as novas regras previdenciárias para os servidores públicos

O Legislativo deve votar ainda a MP 1.663/98, que dispõe sobre a recuperação de haveres do Tesouro Nacional e do INSS, e o uso de títulos da dívida pública, de responsabilidade do Tesouro Nacional, na quitação de débitos com a Previdência Social.

Também será votada a MP 1.604/98, que trata do fortalecimento do sistema financeiro nacional; e a 1.599-50, sobre a organização da assistência social.

■ **Leia mais sobre o assunto na página 9.**

favorável da CCJ, relatado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), com votos contrários dos senadores Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS). Pela proposta, os prazos para prescrição de ações trabalhistas dos trabalhadores rurais e urbanos são unificados em cinco anos.

Outra proposta de emenda constitucional a ser apreciada pelos senadores nesta quarta-feira é a que estipula percentuais mínimos a serem aplicados na área da saúde, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares.

A CCJ manifestou-se favorável ao substitutivo apresentado pelo relator, senador Esperidião Amin. A proposta de Valadares estipula que esses percentuais deverão ser de no mínimo 30% das receitas de contribuições do

orçamento da seguridade social da União, 12% das receitas dos estados e Distrito Federal e 10% das receitas dos municípios. Hoje será o primeiro dos cinco dias de discussão em primeiro turno da matéria.

Também consta da pauta o projeto de resolução que autoriza o estado de Mato Grosso a aumentar o seu limite de endividamento para que possa contratar emprestimo e apresentar garantia junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a US\$ 45 milhões.

Os recursos se destinam ao financiamento do Programa de Reforma do Estado de Mato Grosso. O projeto tem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), relatado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

Mendonça de Barros fala amanhã ao Senado

O presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães, marcou depoimento do ministro depois de receber ofício em que este se colocou à disposição para prestar esclarecimentos sobre a privatização da Telebrás

O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, enviou ontem de Nova Iorque (EUA), onde se encontra, ofício em que solicita ser convocado pelo Senado Federal para prestar esclarecimentos relativos às notícias veiculadas pela imprensa sobre o processo de privatização do Sistema Telebrás. O ofício foi enviado ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que imediatamente aceitou a oferta e marcou a oitiva para amanhã, às 10 horas.

O ministro enfatizou, no comunicado, a gravidade com que se reveste a matéria, justificando seu interesse em se oferecer para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. A iniciativa do ministro foi elogiada pelo líder do Bloco Oposição, senador Eduardo



Antonio Carlos, ao lado de Elcio Alvares, recebeu ofício em que Mendonça de Barros se dispõe a prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização da Telebrás

Suplicy (PT-SP). Não foi suficiente, no entanto, para impedir que o senador entregasse à Mesa seu requerimento sugerindo uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar possíveis irregularidades no processo de privatização

das estatais.

Suplicy afirmou que Mendonça de Barros, assim como o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, praticaram ações que “de maneira algu-

ma poderiam ser consideradas como adequadas”. O parlamentar questionou como esses dirigentes poderiam conhecer, com antecedência, as propostas dos concorrentes para o leilão de privatização, uma vez que essas propostas estavam em envelopes lacrados que somente deveriam ser abertos no dia da venda.

Segundo Suplicy, vários juristas questionaram o comportamento dos dirigentes do governo. De acordo com o senador, esses juristas apontaram inúmeros descumprimentos de normas legais, como a Lei 8.666/93, a Lei das Licitações, e a 8.429/92, que define os crimes de improbidade administrativa. O senador afirmou que a CPI já obteve o apoio de todos os líderes da oposição e conclamou as lideranças dos partidos que dão sustentação ao governo que fizessem o mesmo.

■ **Mais informações sobre este assunto na página 9.**

Líder do PSDB defende o ministro das Comunicações

O líder do PSDB no Senado, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), saiu ontem em defesa do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e do processo de privatização das empresas de telecomunicações do Sistema Telebrás. Segundo o líder, o processo de privatização garantiu o interesse dos consumidores com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que estabeleceu padrões de qualificação técnica e econômico-financeira para os interessados em participar dos leilões.

– Esta preocupação com os consumidores está sempre presente até mesmo nas gravações clandestinas parcialmente reproduzidas pela revista *Veja* desta semana, inclusive, e de forma muito firme, na fala do próprio presidente da República – afirmou o senador.

Para o líder do PSDB, o papel do gestor das privatizações é assegurar o maior valor para o bem que se está vendendo, e, segundo ele, isso foi feito “com maestria” através da fixação de um preço mínimo e pelo estímulo a que um maior número de concorrentes participasse dos leilões. “É esse processo que permitiu que se atingisse o excepcional ágio na privatização do Sistema Telebrás; é esse processo que permitiu um ganho adicional de quase R\$ 10 bilhões; é esse processo que deveríamos enaltecer, reconhecendo o mérito dos que o conduziram com dignidade e competência”, avaliou o senador.

Machado lembrou que, em menos de cinco horas, o governo arrecadou R\$ 22,067 bilhões no leilão, que começou com o preço mínimo de R\$ 13,47 bilhões, com um ágio médio de 63,7%. “E vendendo, é bom lembrar, 19% das

ações da Telebrás, o que corresponde apenas à quinta parte das empresas”, esclareceu. Para o senador, não há o que se criticar ou reclamar do desempenho do ministro das Comunicações e do presidente do BNDES, André Lara Resende. “Ninguém tem o direito de fazer isso”, afirmou.

O senador acredita que, num processo de privatização dessa magnitude, o administrador do processo não deve, por dever de ofício, ficar quieto, passivo ou inerte. Para ele, é obrigação do administrador agir com rapidez, com eficiência, com cautela, para conseguir o maior número de concorrentes e o maior valor possível. “Ele não é um árbitro, papel que cabe ao leiloeiro e à Bolsa de Valores. Ele não fica apenas assistindo à movimentação dos concorrentes. Ele é o principal agente da valorização do patrimônio público. Com a responsabilidade de representar a todos nós, 160 milhões de brasileiros. Com a obrigação de valorizar o patrimônio de uma nação”, definiu.

Sérgio Machado lembrou ainda que nenhuma das empresas concorrentes recorreu à Justiça para questionar qualquer ponto do resultado do processo de venda. “Ou seja, mesmo quem perdeu reconheceu a derrota e não a questionou em qualquer instância – na Justiça ou mesmo na mídia.” Para o senador, poucos homens públicos na história política do Brasil têm o currículo, a competência, a seriedade e a honestidade de Mendonça de Barros e de Lara Resende. “Um patrimônio humano desse porte, um patrimônio cultural e profissional desta grandeza não deve, não pode ser achincalhado, não pode ser enxovalhado desta maneira, como alguns pretendem fazer”, afirmou.

Fala de Machado provoca intenso debate no plenário

Em aparte ao pronunciamento do senador Sérgio Machado, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) lembrou ontem que o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, tomou a iniciativa de solicitar sua vinda ao Senado para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização. “Com isso, o ministro vai dar conhecimento a esta Casa de fatores ligados àquilo que V. Ex.^a tão bem delineia”, disse Napoleão.

O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), revelou que, em encontro ontem entre as lideranças e o presidente da República, Fernando Henrique reiterou a firme determinação no sentido do comparecimento do ministro das Comunicações ao Senado.

Já o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) reiterou que a oposição defende a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar as denúncias. Segundo o senador, não é verdade que o modelo de privatização do governo obteve o respaldo da população em duas eleições, como afirmou o senador Sérgio Machado. Dutra leu trechos do livro distribuído em 1994, quando da primeira candidatura de Fernando Henrique à Presidência da República, onde se referia à privatização. “No que dizia respeito a telecomunicações, o que foi feito não é o que estava no programa de governo de 94”, afirmou o senador.

Ernandes Amorim (PPB-RO) lembrou que ele próprio foi vítima de acusações de corrupção logo que assumiu o mandato de senador. “Naquela época, criaram-se inquéritos e comissões. O relator foi o senador Romeu Tuma. Apurou-se tudo contra

mim. Por que não se apurar tudo contra o presidente da República? Por que não se apurarem os fatos contra o presidente do Banco Central, contra o presidente do BNDES ou contra qualquer ministro? Alguém aqui é estrela maior, ou são todos iguais perante a lei? Por esse motivo, já disse ao senador Eduardo Suplicy que vou assinar requerimento pedindo a criação de comissão de inquérito porque, assim como fui investigado, quero que todos o sejam nesta Casa”, afirmou Amorim.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que a investigação sobre as denúncias contra o senador Ernandes Amorim foi realizada a pedido da presidência do Senado e que acredita ter sido citado no aparte de Amorim apenas por ter sido o autor do relatório final.

Geraldo Melo (PSDB-RN) ressaltou que gostaria de entender em que consiste a crítica, a dúvida levantada contra um ministro que preside um processo de privatização, envolvendo quantias de grande vulto. Para Geraldo Melo, a estimativa do ex-ministro Sérgio Motta foi “um palpite, uma opinião do ministro”. Melo disse ainda que o preço mínimo não foi estabelecido por decreto, mas que foi fruto de procedimento de avaliação.

Para o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), na questão do “grampo”, as empresas interessadas na privatização deveriam ser investigadas. Para ele, a discussão em torno da questão está permeada por “resquícios ideológicos dos que possuem mentalidade estatizante e dos liberais, de mentalidade privatizante”.

Suplicy diz que CPI não afeta votação de ajuste fiscal

“Nós, da oposição, saberemos separar as coisas”, afirmou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), garantindo que, se for instituída, a CPI das privatizações não inviabilizará a votação das medidas do ajuste fiscal. Na qualidade de líder da oposição, Suplicy garantiu a presença dos senadores para discutir as propostas do governo, propor alternativas e votar, simultaneamente à sua participação nos trabalhos de apuração da CPI.

Para Suplicy, a presença do ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, amanhã, no Senado, será muito útil para que os senadores e a opinião pública possam se informar sobre sua atuação nos leilões da Telebrás. “Mas, certamente, ele não esgotará o assunto a ponto de o Congresso poder prescindir da realização de uma CPI”, enfatizou.

O senador por São Paulo afirmou entender que o objetivo do ministro possa ter sido o de obter o maior preço possível nos leilões. “Mas considero que ele feriu o princípio de impessoalidade que as autoridades governamentais precisam manter durante um processo de privatização. Considero ‘estranha’ sua maneira de orientar os concorrentes e intervir nas negociações anteriores aos leilões”, concluiu Suplicy.

Arruda pede prioridade a medidas econômicas

Ao responder ao líder do Bloco Oposição, senador Eduardo Suplicy, que garantiu a presença dos parlamentares opositores na discussão e votação do ajuste fiscal, o líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), manifestou seu alívio. “Temos um calendário que nos preocupa, por isso queremos privilegiar o ajuste fiscal”, disse, garantindo que o governo nada tem a temer com a realização de uma CPI das privatizações.

Para Arruda, a CPI deveria se realizar depois de concluídas as investigações no Ministério Público e na Polícia Federal. “Existe uma hierarquia nas relações institucionais. O governo tem todo interesse em apurar os autores e o episódio da escuta telefônica, mesmo reconhecendo serem gravações ilegais e editadas. Talvez depois dessas investigações, não seja necessária uma CPI”, disse.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy afirmou que a ordem de investigação não precisa ser necessariamente esta. “No caso de PC Farias, envolvendo o ex-presidente Fernando Collor, foi o Congresso que fez as primeiras investigações, enviando suas conclusões ao Ministério Público.”

Palmeira propõe adição de álcool anidro ao óleo diesel

“Há excesso de produção de açúcar e não há demanda para o álcool combustível”, afirmou o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), reivindicando ontem do governo o cumprimento de medidas de socorro ao setor. Ele defendeu o pagamento de R\$ 5,07 por tonelada de cana diretamente ao produtor, para igualar o preço dos produtos nordestinos aos do Sul, e a agilização de estudos para a adição de álcool anidro ao diesel, como já acontece com a gasolina.

Para Palmeira, essas providências em nada afetam o cumprimento do ajuste fiscal em que estão empenhados o governo e toda a nação. “Além disso, elas são essenciais para o estado de Alagoas, que dispõe dos mais baixos índices de desenvolvimento humano e de uma das mais frágeis estruturas econômicas em todo o Nordeste”, afirma, lembrando que a chamada equalização de preços foi aprovada pelo Congresso no dia



Palmeira afirmou que medidas de proteção ao setor alcooleiro são “essenciais” para Alagoas

10 de setembro passado.

O senador alagoano defendeu, ainda, a adição de álcool anidro ao diesel, informando que isso já acontece em países desenvolvidos como a Suécia. “Todos reconhecem as vantagens do fortalecimento do programa do álcool para o Brasil: gera empregos, diminui a poluição ambiental e traz economia de divisas. Por isso, espero que esse meu apelo não caia no vazio”, concluiu Palmeira.

Gilvam defende estímulo ao ecoturismo na região Norte

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez ontem um apelo ao governo federal para que invista em políticas e projetos de incremento ao turismo ecológico na região Norte. “Dos setores que compõem a economia nacional, o turismo é o que retorna os valores investidos num menor prazo e, ainda, um dos maiores geradores de emprego”, justificou.

Para Gilvam, num momento em que o Brasil luta contra o desemprego, nada mais conveniente que o governo aplique os recursos orçamentários em atividades que, como o turismo, sejam capazes de gerar um grande número de empregos diretos e indiretos. “Nesse cenário, investimentos no turismo ecológico parecem ser, a meu ver, a melhor alternativa a curto prazo



Gilvam Borges lembrou que o turismo gera muitos empregos diretos e indiretos

para o nosso país”, afirmou.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que o Brasil é um país de paradoxos e que, se o senador Gilvam Borges estivesse falando sobre escutas clandestinas e contatos no exterior, certamente estaria sendo ouvido em silêncio e amanhã teria grande repercussão na mídia. Segundo o senador amazonense, Gilvam fala sobre coisas da maior importância para o país. Para Cabral, o turismo poderá ser um grande captador de divisas, e lamentou que muitos não estivessem afinando para a importância do tema.

Gilvam chamou de “más condutas” a divulgação pela imprensa de denúncias envolvendo ministros de Estado e o presidente da República. “Não podemos ficar de fofocas no momento em que se discutem reformas importantes para o país”, disse.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA), em aparte, lembrou que, se a oposição quisesse utilizar o material que originou as denúncias, teria usado durante as eleições, pois candidatos de oposição foram procurados para isso. “Quem está fazendo fofoca agora é o governo e quem procurou a imprensa para divulgar os documentos e as fitas não foi a oposição. Mas, após a publicação dos documentos e da transcrição das fitas, a oposição tem a obrigação de investigar e apurar a verdade”, afirmou Ademir.

Parlamentares de oposição pedem CPI da privatização

Eles pretendem investigar como autoridades do governo teriam interferido no processo de venda do Sistema Telebrás

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PDT-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE), assim como deputados integrantes do Bloco Oposição, anunciaram ontem que estão recolhendo assinaturas para constituir comissão parlamentar mista de inquérito com o objetivo de apurar possíveis irregularidades no processo de privatização das empresas estatais. Participaram também da coletiva os deputados Marcelo Deda (PT-SE), José Genoíno (PT-SP), Haroldo Lima (PCdoB-BA) e Alexandre Cardoso (PSB-RJ).

Eles amparam sua iniciativa na transcrição que a revista *Veja* e outras publicações fizeram de diálogos entre o ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros e pessoas interessadas na privatização do Sistema Telebrás. Suplicy argumentou que “deve ser até de interesse do governo que se instale essa CPI”. São necessárias as assinaturas de 27 senadores e 171 deputados para a CPI ser aprovada.

As possíveis irregularidades que o Bloco Oposição pretende apurar no processo de privatização brasileiro compreendem o seguinte: a viabilização pelo BNDES da contratação de



Para Suplicy, deve ser do “interesse do governo” a instalação da CPI sobre a privatização de estatais

empréstimos, a taxas de juros inferiores às do mercado, para que grupos privados adquirissem as estatais; a atuação do governo junto aos fundos de previdência para torná-los sócios dos grupos que adquiriam estatais; o processo de concentração de patrimônio dos compradores das ex-estatais e a forma como autoridades do governo interferiram na privatização do sistema Telebrás.

Nessa entrevista coletiva, Suplicy informou que, conforme entendimento de juristas, os diálogos transcritos pela imprensa entre Luiz Carlos Mendonça de Barros e pessoas envolvidas no processo de privatização revelam violação do princípio da impessoalidade que deve gerir a coisa pública, o que caracterizaria im-

probidade administrativa.

A esse propósito, o deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) anunciou que, do ponto de vista jurídico, o Bloco Oposição pretende tomar três providências: requerer ao Ministério Público que requisite as fitas que registram as conversas transcritas pela imprensa; interpelar judicialmente o ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros; e ajuizar uma medida cautelar para sustar o processo de privatização de empresas estatais.

A senadora Emília Fernandes anunciou que a instalação da CPI é um desejo do seu partido. “Não compartilhamos com a ideia da escuta telefônica, mas também não podemos nos omitir ao conhecer o teor dessas fitas”, afirmou.

Suassuna afirma que aumento da Cofins vai prejudicar o Nordeste

“Ao propor o ressarcimento, através do Imposto de Renda, do aumento de um ponto percentual da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o governo vai penalizar o Nordeste”, afirmou ontem o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), explicando que o ônus, que seria das empresas, passará a ser suportado por estados e municípios, através da diminuição dos fundos constitucionais.

Para Suassuna, se o governo quiser manter o equilíbrio entre os estados pobres do Norte e do Nordeste e os ricos do Sul e do Sudeste, deveria permitir o ressarcimento do imposto maior através do INSS, que todas as empresas pagam, e não através do IR, que é pago somente pelas grandes empresas. “As perdas nas transferências constitucionais inviabilizarão qualquer projeto de desenvolvimento no Nordeste”, enfatiza.

Segundo cálculos de Suassuna, o ônus global do aumento da Co-



Suassuna garantiu que governo não contará com seu voto para prejudicar Norte e Nordeste

participará com R\$ 511 milhões (11,38%).”

Em apertes, os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Joel de Hollanda (PFL-PE) concordaram com Suassuna. Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), se o governo não corrigir essas distorções, ele estará acabando com o pacto federativo. “Com meu voto, o governo não aprovará medidas prejudicando as regiões Norte e Nordeste”, garantiu Cabral.

Ao finalizar, Suassuna afirmou que o mesmo raciocínio sobre a Cofins se aplica ao aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que o governo quer aumentar de 0,20% para 0,38% e permitir seu ressarcimento através do Imposto de Renda. “Reconheço a necessidade urgente de um ajuste fiscal para socorrer as contas do governo, mas faço coro com o senador Bernardo Cabral: com meu voto, medidas contra as regiões pobres do Brasil não serão aprovadas.”

fins será da ordem de R\$ 4,5 bilhões ao ano. “O Nordeste será a região mais penalizada, perdendo R\$ 2,9 bilhões, castigada por uma contribuição de 44,72% do sacrifício total, justamente a região mais miserável do Brasil, seguida pela pobre região Norte, com R\$ 762 milhões (16,96%), quase a mesma participação do rico Sudeste brasileiro, com R\$ 845 milhões (18,81%), enquanto o Sul

Comunicação aumenta transparência do Legislativo

Seminário discute a relação entre o Poder e a sociedade, a importância da informação correta para o Congresso Nacional e o sistema público de comunicação como instrumento de transparência nas atividades de elaboração das leis do país

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, e o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, abriram oficialmente, ontem, o I Seminário de Comunicação Legislativa. O evento tem o objetivo de promover a troca de informações sobre a divulgação das atividades parlamentares nos legislativos de todo o país.

– Vamos mostrar para vocês o que estamos fazendo. Não é um projeto acabado, está em andamento. Não queremos ensinar nada a ninguém. Queremos aprender com vocês – anunciou Fernando Cesar aos participantes do seminário, presentes no Auditório Petrônio Portella.

DESGASTE

Para o diretor de Comunicação Social, existe um processo de desgaste excessivo dos parlamentos no Brasil que, caso continue, pode deixar a democra-

cia em risco e aumentar a possibilidade de volta da ditadura. Segundo o jornalista, é o desenvolvimento da comunicação entre as casas legislativas e a sociedade que pode garantir um melhor entendimento da importância do Legislativo.

– Não que se vá esquecer as mazelas, mas a imprensa só fica nisso e esquece o que acontece de sério no Parlamento – disse o diretor de Comunicação Social, depois de apresentar, em vídeo, trecho do debate “A isenção na imprensa”, realizado pela TV Senado com a participação de quatro columnistas políticas baseadas em Brasília.

Fernando Cesar também ressaltou a importância do uso da Internet como contribuição à transparência do Legislativo. Para ele, a pessoa que paga impostos tem o direito de ficar sabendo o que acontece dentro do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras de vereadores de todo o país.

Objetivo é levar a informação correta

Para ilustrar a importância de uma divulgação eficiente das atividades parlamentares, o diretor-geral do Senado recorreu à memória da Casa. Segundo Agaciel Maia, em 1981, Jarbas Passarinho e Paulo Brossard eram considerados os melhores senadores do país. Porém, naquele ano, não se reelegeram.

– A informação sobre sua atuação no plenário não chegava ao Pará ou ao Rio Grande do Sul – disse Agaciel, que se revelou um entusiasta das ações que têm por objetivo ampliar os canais de comunicação entre os legislativos e a sociedade.

O alto índice de abstenções e de votos nulos e brancos nas eleições proporcionais indica, segundo Agaciel, que



Agaciel: população recebe pouca informação

a população recebe pouca informação ou informação de má qualidade acerca do que acontece nos parlamentos.

– Essa distorção só pode ser corrigida pela divulgação – avaliou.

Profissionalização das atividades é destacada

Raimundo Carreiro, secretário-geral da Mesa do Senado, disse que é testemunha de como o Congresso trabalha e debate assuntos que interessam ao povo, mas lamentou que, “no jornal do dia seguinte, muitas notícias passem ao largo do que aconteceu no Legislativo”.

Carreiro fez uma avaliação da profissionalização dos trabalhos legislativos nos últimos quatro anos, desde que o senador José Sarney (PMDB-AP) assumiu a presidência do Senado, em 1995. Naquele ano, lembrou, a pauta dos trabalhos do plenário, que estava atrasada, foi colocada em dia “sem atropelo e com transparência”.

O secretário-geral da Mesa citou ainda a criação da agenda mensal com a



Carreiro: previsão facilitou trabalhos da Casa

previsão dos trabalhos do Senado e a atualização do *Diário* do Senado Federal, outra importante fonte de informação da Casa.



Diretores do Senado participam da abertura do seminário, que tem como objetivo a troca de informações

Em defesa do sistema público

A professora Heloiza Matos, da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), defendeu a adoção de um sistema público de comunicação, baseado em conceitos desenvolvidos na Europa.

Segundo ela, que participou ontem do I Seminário de Comunicação Legislativa, a lógica dos meios de comunicação faz com que a cobertura das atividades parlamentares seja frequentemente negativa.

A professora acredita que a comunicação no Legislativo deve ser voltada principalmente para conferir transparência aos trabalhos parlamentares.

Para isso, ela defendeu a profissionalização da comunicação do Congresso, das assembleias legislativas e câmaras de vereadores, por meio do treinamento dos assessores, jornalistas e até dos parlamentares para aumentar a eficácia dos contatos com a imprensa.

A palestra da professora da ECA foi seguida por debate. Em uma das intervenções, a representante da Câmara Municipal de Barueri (SP) listou as atividades de comunicação desenvolvidas pelo Legislativo local, que teve inspiração nas experiências do Senado e da Assembleia Legislativa de São Paulo.

RP expõe suas atividades

O trabalho da Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal foi exposto na última palestra da manhã no I Seminário de Comunicação Legislativa. O diretor da Coordenação, Vinícius Becker, descreveu os serviços desenvolvidos no Senado Federal que aproximam a instituição da população.

Segundo ele, o projeto *Visite o Senado* já atendeu milhares de pessoas, acompanhando quem deseja conhecer a Casa. O *tour* está disponível nos sete dias da semana, em cinco línguas, e foi pioneiro do Programa de Turismo Cívico do Distrito Federal.

Senadores vêm Congresso mais perto da sociedade

A TV Senado aproximou o Congresso Nacional da sociedade. Esta é a avaliação dos três senadores que participaram ontem do I Seminário de Comunicação Legislativa, no Auditório Petrônio Portella.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou o trabalho do sistema de comunicação social do Senado: “A população só sabia o que a imprensa publicava; e ela só publica o que é negativo. A TV Senado representou um grande avanço, e pela primeira vez foi feita uma aproximação do Congresso Nacional com a sociedade”.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) frisou que a implantação de um sistema de comunicação legislativa representou a existência de um mecanismo de defesa não apenas do Senado, mas também da própria democracia.

– Ao expor-se, o Congresso Nacio-

nal ganhou porque pôde provar que nem tudo o que se dizia a seu respeito era verdade, e a sociedade ganhou porque passou a conhecer o mais expressivo e menos conhecido dos Poderes da democracia: o Legislativo – disse Amin.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou que a comunicação legislativa tem a função de mostrar o Parlamento “sem intermediários, exatamente como ele é”, diferente do que é feito pelos veículos comerciais. Para o senador fluminense, a tarefa ganha maior importância porque “hoje se dá mais valor à notícia como espetáculo”.

– Na medida em que a questão política é extremamente simplificada, perde-se o debate político. Mas a comunicação legislativa não precisa trabalhar sob essas condições, uma vez que não está a serviço de governos ou do capital, mas sim de uma casa plural – avaliou o senador.

Diretores detalham as experiências da área

No período da tarde, os diretores da área de comunicação social apresentaram aos participantes do seminário a estrutura do setor. Helival Rios, diretor de Divulgação e Integração, lembrou o processo de implantação dos veículos de divulgação da Casa. O diretor da Rádio Senado, Silvio Hauagen, anunciou os planos de expansão das transmissões para a região amazônica.

A diretora da TV Senado, Marilena Chiarelli, disse que a prioridade são as transmissões ao vivo do trabalho parlamentar, mas informou que a emissora está diversificando a programação.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, colocou a experiência do Senado à disposição dos legislativos estaduais e municipais.

Os participantes do seminário se interessaram pelo sistema 0800 – *A Voz do Cidadão*, que permite a comunicação direta entre o Senado e a população.

Em seguida, falaram os diretores da Agência Senado, José do Carmo Andrade, e do *Jornal do Senado*, Flávio de Mattos. O primeiro apresentou as modalidades de transmissão utilizadas pela agência. O diretor do *Jornal do Senado* disse que são distribuídos 45 mil exemplares diariamente, sendo 40 mil nos estados, entre sindicatos, partidos políticos e assembleias legislativas.

Por último, falaram o diretor da Coordenação de Projetos Especiais, Marco Antonio Paes dos Reys, e, pela Subsecretaria de Anais, Júlio César Ramos.

CAE define prioridades para o próximo ano

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) definiu, no início da noite de ontem, as emendas coletivas dos seus integrantes para o Orçamento do próximo ano. De um total de 10 emendas apresentadas, cinco foram aprovadas por unanimidade pelos senadores presentes. As emendas selecionadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Uma das emendas aprovadas prevê a liberação de R\$ 3 milhões para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi beneficiada com uma emenda que destina R\$ 7 milhões para projetos de fomento a atividades produtivas, visando oferecer condições de subsistência às comunidades indígenas de todo o Brasil.

O Ministério da Agricultura foi contemplado com uma emenda que prevê a liberação de R\$ 4 milhões para manutenção de suas atividades de assistência técnica e extensão rural, com o objetivo de que pequenos e médios produtores rurais possam ter acesso a novas tecnologias de produção agrícola.

Para o Fundo Nacional de Assistência Social, uma emenda destinou R\$ 20 milhões. Os recursos deverão ser designados para a execução de ações de geração de renda no combate à pobreza. A última emenda aprovada pela CAE beneficia o Ministério do Planejamento com a liberação de R\$ 20 milhões para a aplicação na defesa permanente contra as calamidades públicas e situações de emergência.

Ao final da reunião, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou estar orgulhoso por todas as emendas aprovadas pela CAE serem de caráter nacional e terem reflexos na economia do país. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) elogiou o presidente da comissão, Pedro Piva (PSDB-SP), pela habilidade na condução dos trabalhos, o que resultou na aprovação das emendas por unanimidade.

Participaram da reunião os senadores Francelino Pereira (MG), Jonas Pinheiro (MT), João Rocha (TO) e Romero Jucá (RR), do PFL; Ney Suassuna (PB), José Saad (GO), Carlos Bezerra (MT), Wellington Roberto (PB) e Marluce Pinto (RR), do PMDB; e Pedro Piva (SP) e Osmar Dias (PR), do PSDB.

Paulo Paiva garante que Orçamento de 1999 não será contingenciado

A compatibilidade da proposta com o Programa de Estabilização Fiscal, segundo o ministro, evitará que a futura lei venha a ser – como as anteriores – uma peça de ficção

O abandono da estratégia gradualista de combate aos desequilíbrios das contas públicas e a compatibilização da nova proposta de lei orçamentária para 1999 com o Programa de Estabilização Fiscal permitirão que o Orçamento, ao contrário do que sempre tem acontecido, possa ser executado sem contingenciamentos e, portanto, deixe de ser uma peça de ficção. Este é o principal resultado do novo projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo à apreciação do Congresso no último dia 9, conforme disse ontem o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, em audiência pública promovida pela Comissão Mista de Orçamento.

Acompanhado por Martus Tavares e Waldemar Giomi, respectivamente secretário-executivo e secretário de Orçamento do ministério, o ministro fez uma exposição geral dos fundamentos da revisão da proposta orçamentária do Executivo, em que atribuiu o abandono do gradualismo no combate ao déficit público às mudanças no cenário internacional no segundo semestre deste ano.

Com o programa de ajuste fiscal e a revisão da proposta orçamentária, Paulo Paiva afirmou que o governo



Paulo Paiva defendeu, na Comissão Mista de Orçamento, a redução do montante da dívida pública em relação ao PIB

federal tem por objetivo reduzir o montante da dívida pública em relação ao PIB e, por consequência, reduzir a necessidade de financiamento externo. Estas seriam condições para a diminuição das atuais taxas de juros e a retomada do crescimento econômico, insistiu.

Segundo o ministro, em situação inflacionária o ajuste das contas públicas era feito “na boca do caixa”, ou seja, com o controle unilateral das liberações dos recursos pelo Executivo e os “cortes” efetivamente provocados pela inflação. Com a estabilidade monetária pós-1994, o contingenciamento, também unilateral, ga-

rantia uma execução orçamentária bastante diferenciada da peça aprovada pelo Congresso.

A proposta de Orçamento para 1999 incorpora receitas que ainda dependem de aprovação do Congresso – como o aumento da CPMF e da Cofins – e efetua cortes que totalizam R\$ 8,7 bilhões. Conforme Paulo Paiva, os cortes foram feitos principalmente nos projetos, para que a maioria das atividades – que concentram as ações de governo na área social – fossem mantidas. Ele assegurou que os programas de merenda escolar e de combate à mortalidade infantil

foram integralmente preservados, em detrimento de projetos de construção e recuperação de rodovias, por exemplo.

O ministro também salientou que, devido a despesas incompríveis como as relativas a pessoal, Previdência e vinculações constitucionais, apenas 21% do total de R\$ 177,8 bilhões puderam ser submetidos aos cortes impostos pelo ajuste fiscal. Na perspectiva da evolução dos gastos federais com projetos, os dispêndios previstos para 1999 – R\$ 5,1 bilhões – serão pouco menores que os realizados em 1995 (R\$ 5,5 bilhões).

Parlamentares temem perdas de estados e municípios com Cofins

Em interpelações ao ministro Paulo Paiva, vários parlamentares da Comissão Mista de Orçamento manifestaram sua preocupação com as perdas que estados e municípios virão a ter em decorrência da proposta do governo federal de aumentar a alíquota da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), mas permitir sua dedução no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), à primeira vista a medida seria inconstitucional, pois “estados e municípios têm o direito de receber seu quinhão dos impostos arrecadados pelo governo federal”. Na opinião do deputado Francisco Dornelles, além de atingir a arrecadação de estados e municípios, a Cofins, aliada à CPMF,



Ramez Tebet considerou inconstitucional, “à primeira vista”, o aumento da alíquota da Cofins

“aumentará o custo Brasil”. Não seria mais prudente que o governo deixasse de permitir a dedução da Cofins no IRPJ?, questionou o deputado.

Segundo o deputado Pedro Novais, “é muito difícil” o Congresso aprovar um aumento da CPMF de 0,20% para 0,38%, assim como “é difícil não haver reação ao aumento da Cofins”. Ele também propôs a não-dedução da contribui-

ção no IRPJ, ou “o aumento poderia ser feito na Contribuição sobre o Lucro”.

Os deputados Sérgio Miranda e João Fassarella, entre outros questionamentos, qualificaram as mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1999 (LDO), efetivadas pelo Executivo através de medida provisória, como “uma invasão de competência”.

Créditos suplementares em pauta hoje

O plenário da Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar treze projetos de lei em que o Executivo solicita ao Congresso autorização para abrir, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, créditos especiais e suplementares num valor total de R\$ 2,3 bilhões.

O maior volume desses créditos – R\$ 1,1 bilhão – destina-se ao Ministério da Fazenda, que os aplicará no resgate da dívida pública mobiliária federal. As solicitações beneficiam também, entre outros órgãos, várias empresas estatais e os ministérios dos Transportes, do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Previdência e da Justiça, além da Presidência da República.

CAE

Créditos para estados e municípios provocam debate

A decisão sobre dois projetos de alteração da Resolução 78, que impõe regras rígidas para operações de crédito de estados, Distrito Federal e municípios, foi adiada a pedido do relator, senador Osmar Dias

Propostas de mudança na Resolução 78 – que impõe regras rígidas para operações de crédito de estados, Distrito Federal e municípios – provocaram debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), durante reunião realizada ontem. O assunto é tratado em dois itens incluídos na pauta da reunião e que foram adiados a pedido do relator, senador Osmar Dias (PSDB-PR): um projeto de resolução que altera a Resolução 78 e outro que solicita operações de crédito para compensar estados e o Distrito Federal de perdas de receita, o que também coloca em xeque a nova legislação.

O projeto que altera a resolução é de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador disse que apresentou a proposta porque ela estava sendo examina-

da pelo mentor da Resolução 78, senador Vilson Kleinübing, falecido no mês passado. Alcântara justificou a apresentação de alternativas para operações de crédito diante das necessidades financeiras de alguns estados.

A proposta cria exceções para a realização de operações financeiras dos estados, a fim de que possam contratar operações de crédito com organismos internacionais. Segundo Alcântara, tais operações são empréstimos com juros baixos e com prazos mais longos para amortização.

– Não vejo razão para que alguns estados que estão em dificuldades financeiras sejam privados de contratar essas operações. Não se trata de abrir a porteira para qualquer tipo de empréstimo – ressaltou o senador.

Suassuna quer ajudar estados

O outro projeto de resolução é de autoria do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e propõe a concessão de empréstimos pela Caixa Econômica Federal (CEF) para os estados poderem equilibrar seus orçamentos, principalmente os que gastaram seus recursos com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). Segundo o senador, o governo havia prometido emprestar 80% dos recursos gastos com o Fundef, mas veio a campanha política e os empréstimos prometidos não foram concedidos.

Suassuna disse que a Paraíba gastou com o Fundef R\$ 42 milhões, o Rio de Janeiro, R\$ 390 milhões e o Rio Grande do Sul, R\$ 170 milhões, entre outros. Devido à Resolução 78, ficou complicado ressarcir, agora, esses estados.

– Não quero que a Resolução 78 deixe de vigorar, mas é preciso ver o que se passa com os estados. É uma injustiça que não tenham vindo os empréstimos prometidos pelo governo. Temos que fazer justiça, pois foi uma promessa não cumprida com os estados – observou.

Adiamento permitirá melhor exame

O presidente da comissão, senador Pedro Piva (PSDB-SP), disse que, com o adiamento, o relator examinará com cuidado as sugestões e a situação dos estados. Piva lembrou que foi ele, ao assumir a presidência da CAE, que colocou em votação a Resolução 78.

Osmar Dias explicou que ficou preocupado ao receber a relatoria dos dois projetos e observou que sempre foi a favor de maior disciplina nas operações de empréstimos a estados e municípios. Os projetos precisam ser bem examinados para que não inviabilizem a Resolução 78, afirmou.

Defendendo a Resolução 78, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) considerou “lastimável” debater esse assunto na comissão no momento em que o país adota um rigoroso ajuste

fiscal. “Sou contra e vou trabalhar para que não ocorra. Não podemos promover facilidades para ajudar este ou aquele estado”, opinou.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) lembrou que a Resolução 78 impôs uma nova realidade para o trabalho do Senado e da CAE. Depois de elogiar a atuação de Kleinübing, fez um apelo aos editores de economia dos jornais, TVs e rádios para que examinem com mais atenção o conteúdo da Resolução 78 e as novas regras que ela estabelece.

Para Fogaça, é um equívoco a interpretação de que o pedido do Rio de Janeiro, por exemplo, estaria subordinado a uma visão política. “Essa é uma visão estreita do ponto de vista da relação do Senado com os estados e com o governo”, afirmou.

Senador Pedro Piva, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (E), com o senador Lúcio Alcântara, que propõe alterar a Resolução 78



Aprovado refinanciamento de dívidas do Pará

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou parecer do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) favorável ao contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas assinado entre o governo do estado do Pará e a União, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A comissão também aprovou, a pedido do relator, o encaminhamento da matéria ao plenário em regime de urgência.

Pelo protocolo, a União assume uma dívida de R\$ 274,49 milhões do governo do Pará, constituída da soma dos saldos devedores de contratos firmados com a Caixa Econômica Federal. O pagamento será feito em 360 pres-

Senador Jonas Pinheiro deu parecer favorável ao contrato entre a União e o Pará



tações mensais consecutivas, com juros de 7,5% ao ano e atualização do saldo devedor pela variação positiva do IGP-DI.

Ao justificar seu parecer, Jonas Pinheiro disse que o refinanciamento resolve o problema de inadimplência do Pará. Os senadores Romero Jucá (PFL-

RR), Jefferson Péres (PSDB-AM) e José Fogaça (PMDB-RS) também debateram a matéria.

BANPARÁ

A CAE aprovou ainda parecer do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) favorável a um empréstimo de até R\$ 97,5 milhões que o governo do Pará fará junto à União. O dinheiro será utilizado para saneamento das finanças do Banco do Estado do Pará (Banpará). A pedido de Jonas Pinheiro, a matéria será encaminhada em regime de urgência ao plenário.

Durante a discussão, o senador Jefferson Péres pediu ao relator que esclarecesse se a aprovação implicaria a privatização do Banpará. Esse debate envolveu os senadores José Fogaça, Ademir Andrade (PSB-PA) e o próprio relator, Carlos Bezerra.

Comissão deve ouvir presidente da Eletrobrás

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou, na reunião de ontem, dois requerimentos do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – um, pedindo esclarecimentos sobre o endividamento da prefeitura de Guarulhos (SP); e outro, convidando o presidente da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), Firmino Ferreira Sampaio Neto, a comparecer à CAE para informar sobre as atividades da empresa.

No primeiro requerimento, Suplicy solicitou ao Banco Central informações sobre o endividamento de Guarulhos e detalhes das operações de crédito realizadas pelo municí-

pio, inclusive as relativas à antecipação de receita orçamentária (ARO). O senador justificou o pedido afirmando que houve denúncias na imprensa paulista sobre o envolvimento da prefeitura de Guarulhos na contratação de operação de antecipação de receita orçamentária, no valor de R\$ 13,3 milhões, com o Banco Pontual. As condições para a operação, acrescentou, teriam incluído juros bem mais altos do que os praticados pelo mercado.

Quanto à convocação do presidente da Eletrobrás, Suplicy disse que a empresa vem cedendo funcionários e recursos financeiros para viabilizar a implantação do Operador Nacional do

Sistema Elétrico (ONS). Até o momento, observou, foram arrematados 50 funcionários e concedido, pela Eletrobrás, um empréstimo no valor de R\$ 3,6 milhões, destinado a cobrir parte do orçamento de investimento e custeio do ONS no quarto trimestre deste ano.

Segundo o senador, o presidente da Eletrobrás já manifestou interesse em prestar esclarecimentos sobre as atividades da empresa à comissão. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) elogiou a iniciativa de Suplicy, observando que essas atividades devem ser explicadas, porque podem estar gerando ônus para a Eletrobrás.

Líderes definem com ACM votação do ajuste fiscal

Em reunião com o presidente do Senado, as lideranças dos partidos que apóiam o governo decidiram marcar para hoje a votação de várias medidas provisórias e o início da tramitação da emenda que eleva a CPMF



Após a reunião, da qual Arruda (à direita) também participou, Machado disse acreditar que o Senado aprovará em dezembro o aumento da CPMF

Os líderes dos partidos que dão sustentação parlamentar ao governo Fernando Henrique no Senado, reunidos na manhã de ontem com o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), confirmaram para hoje a votação de medidas provisórias do programa de ajuste fiscal e o início da tramitação da emenda que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O líder do PSDB no Senado, senador Sérgio Machado (CE), disse que, na reunião, houve consenso entre as lideranças em torno da manutenção da emenda que prorroga a CPMF nos termos propostos pelo governo.

A contribuição será prorrogada por três anos, com alíquota de 0,38% nos 12 primeiros meses e de 0,30% nos 24 meses seguintes. Dos 0,38% da receita da CPMF, 0,20% irão para a saúde e 0,18%, para a Previdência Social.

No Senado, Machado acredita que a emenda será aprovada ainda em dezembro. Ele espera, mas não garante, que a votação final na Câmara possa ocorrer até 22 de janeiro de 1999, já que o prazo da CPMF em vigor expira em 23 de janeiro. Se isso não ocorrer, o prazo legal de 90 dias para a entrada em vigor das disposições da emenda da CPMF deverá ser respeitado.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), confirmou que várias medidas provisórias do ajuste devem entrar na pauta da sessão do Congresso marcada para as 14h30 de hoje.

Constam da pauta, entre outras, a Medida Provisória 1.723, que dispõe sobre o regime de previdência do funcionalismo, e a MP 1.724, que altera a legislação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

No encontro, também ficou acertado que o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, irá depor amanhã, no plenário do Senado, conforme informou o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES). Ele falará a respeito das gravações de conversas suas com o presidente do BNDES, André Lara Resende, sobre o processo de privatização da Telebrás.

Prioridade do Congresso é superar a crise, diz Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que as denúncias difundidas pela mídia sobre contas de autoridades em paraísos fiscais são "uma papelada desmoralizada". As investigações em torno do "grampo" telefônico envolvendo conversas entre o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do BNDES, André Lara Resende, por outro lado, "estão entregues

às autoridades competentes", acrescentou o senador, para quem as revelações feitas até agora não comprometem nem o ministro nem o presidente do BNDES.

Na avaliação de Antonio Carlos, a prioridade do Congresso deve ser a votação das medidas que integram o Programa de Estabilização Fiscal do governo.

— Quando um país recebe um volume de ajuda externa da ordem de US\$ 42 bilhões, tem a obrigação de

dar uma resposta positiva à comunidade internacional, sob pena de voltarmos à crise da qual estamos saindo graças à competência da equipe econômica — argumentou o senador.

Na votação das medidas do ajuste, o presidente do Congresso quer rapidez, mas com "total respeito ao Regimento".

Com relação à movimentação da oposição visando à criação de uma comissão parlamentar de inquérito

(CPI) para investigar a atuação do ministro das Comunicações e do presidente do BNDES no processo de privatização da Telebrás, o senador disse não ver razão para que se crie a CPI.

— Em princípio, e até aqui, não vejo nada que comprometa a atuação ou a posição do ministro Mendonça de Barros.

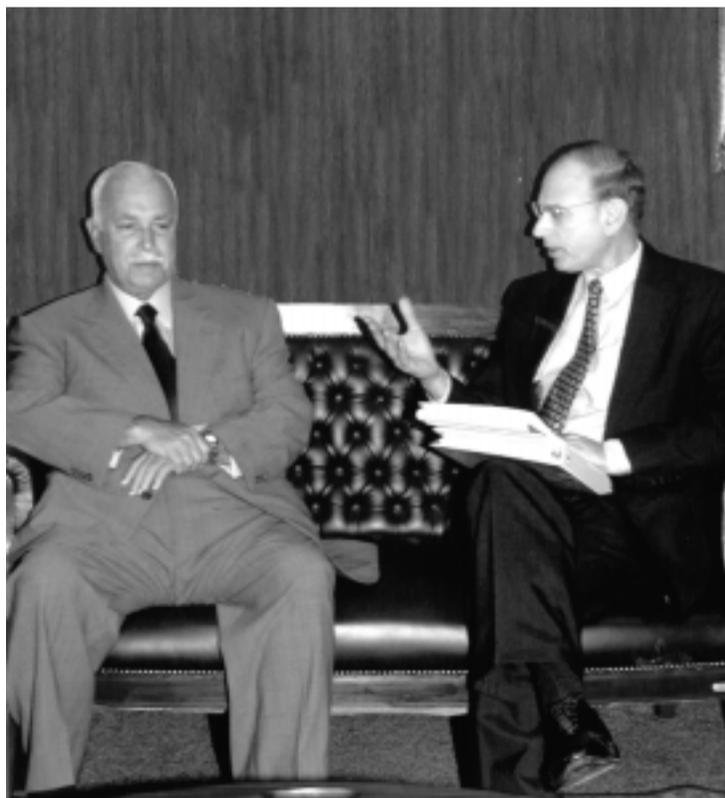
Antonio Carlos afirmou também que "o juiz disso é o presidente Fernando Henrique Cardoso".

Presidente recebe reitora de universidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem a professora Renée Albagli Nogueira, reitora da Universidade Estadual de Santa Cruz, de Ilhéus (BA). Ela pediu o apoio do senador para o pleito que a universidade apresentará ao Conselho Nacional de Saúde, de autorização para instalar um curso de Medicina.

De acordo com a reitora, Antonio Carlos apoiou a aspiração da Universidade Estadual de Santa Cruz. A professora Renée Albagli aproveitou a oportunidade e pediu o apoio do presidente do Senado a duas emendas parlamentares ao Orçamento da União para 99, visando à liberação de recursos para o Hospital de Medicina Veterinária e para o Centro de Biotecnologia daquela instituição de ensino.

Subsecretário norte-americano elogia empenho de deputados e senadores



Segundo Stuart Eizenstat, a implementação do ajuste fiscal "deverá ter forte e positivo impacto junto à comunidade financeira internacional"

Após reunir-se com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o subsecretário norte-americano de Estado para Assuntos Econômicos, Stuart Eizenstat, disse ontem estar "impressionado" com o empenho de senadores e deputados brasileiros para votar as medidas do ajuste fiscal.

O representante do governo dos Estados Unidos destacou, no encontro com Antonio Carlos, que a aprovação das medidas propostas pelo governo para o ajuste fiscal e o pacote de ajuda internacional "deverão ter forte e positivo impacto junto à comunidade financeira internacional".

Na avaliação de Eizenstat, o Brasil, por sua dimensão territorial e econômica, é "um país importante no esforço para impedir a proliferação da crise financeira internacional". Daí, acrescentou, o empenho do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de 20 países para reunir mais de US\$ 41 bilhões em ajuda à economia brasileira.

Senadores ouvirão técnicos para traçar perfil do desemprego no país

Comissão quer saber, entre outras questões, se o problema atinge mais a homens ou mulheres, qual a faixa etária e o nível de escolaridade mais prejudicados

A comissão temporária criada para estudar as causas do desemprego e do subemprego aprovou proposta do senador Osmar Dias (PSDB-PR) e vai convidar para um debate técnicos do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese), Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e Fundação Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea). Eles participarão da próxima reunião, em data a ser marcada, para traçar um perfil do desemprego no país.

Durante a reunião, realizada a tarde de ontem e presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), ficou acertado que cada um dos convidados disporá de um prazo entre 15 e 20 minutos para fazer sua explanação. Também será solicitado que cada um deles encaminhe o conteúdo de sua exposição antecipadamente para a secretaria da Comissão do Desemprego.

O objetivo da próxima reunião, segundo Osmar Dias, é que os técnicos auxiliem aos senadores a responder a questões como se o desemprego atinge mais a homens ou mulheres, qual a faixa etária e o nível de escolaridade mais prejudicados. "Queremos uma fotografia do desemprego no Brasil", esclareceu o senador pelo Paraná, que é o vice-presidente da comissão.

Osmar Dias também sugeriu que a comissão, que está prevista para encerrar seus trabalhos no dia 15 de dezembro, tenha esse prazo estendido até a convocação extraordinária ou à próxima legislatura. O senador Djalma Bessa (PFL-BA) argumentou que, pela sua importância, a Comissão de Desemprego deveria ser transformada em permanente.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sugeriu que em uma das próximas reuniões seja convocado um representante da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele quer incluir na pauta de discussões a metodologia utilizada para estabelecer os índices de desemprego no país. Também participaram da reunião os senadores Wellington Roberto (PMDB-PB), Josaphat Marinho (PFL-BA) e Elói Portela (PPB-PI).



Senador Pedro Simon (tendo a seu lado o senador Josaphat Marinho) preside a comissão para estudar as causas do desemprego

Comissão discute convocação do chefe da Casa Militar

A Comissão de Fiscalização e Controle do Senado aprecia hoje, às 13h30, requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pedindo a convocação do ministro-chefe da Casa Militar, general Alberto Mendes Cardoso, para prestar esclarecimentos sobre as investiga-

ções conduzidas no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), acerca das denúncias publicadas na revista *Época*.

Além desse tema, os senadores discutirão, ainda, as emendas coletivas da comissão ao Orçamento da União para o ano de 1999.

CCJ debate investimento estrangeiro na saúde

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 10h, com uma pauta cheia. São 50 itens abrangendo propostas de emendas constitucionais, projetos de lei, emendas e projetos de decreto legislativo dispendo sobre matérias diversas.

Entre as propostas de emendas à Constituição, destaca-se a que permite a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país. O primeiro signatário da proposta é o senador Júlio Campos (PFL-MT) e o parecer, favorável, foi elaborado pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM).



Júlio Campos defende participação de empresas estrangeiras

O projeto de lei que dispõe sobre as operações de fomento mercantil, *factoring* elaborado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), também está na agenda da CCJ. O senador Esperidião Amin (PPB-SC), relator da matéria, é favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

Na pauta da CCJ encontra-se também o projeto de lei que estabelece normas de acesso ao Sistema de Administração Financeira (SIAFI) e outros sistemas de informações de órgãos públicos, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) elaborou parecer favorável.

Dutra adverte sobre manobras governistas contra CPI

"Para o governo, uma CPI nunca é oportuna", afirma o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), alertando para as manobras governistas que inviabilizaram outras CPIs, como a das empreiteiras. "Precisamos nos precaver contra parlamentares que assinam o requerimento e depois, pressionados pelo governo, retiram suas assinaturas. Esperemos que não se repita a manobra regimental que abortou a CPI do sistema financeiro depois que já havia sido instalada", lembrou.

Segundo Dutra, o fato de a exigência para instalação da CPI ser de apenas um terço dos parlamentares, e não de maioria absoluta, como para aprovar uma lei, indica ser a comissão um instrumento para possibilitar que a minoria exerça seu papel de vigilância, de fiscalização dos atos do governo, sem ser barrada pela maioria governamental. "O objetivo não é paralisar o país. Isso somente acontece quando o governo está atolado em crimes, como aconteceu com o ex-presidente Fernando Collor."

O senador por Sergipe afirmou que a CPI das privatizações pretende investigar muito além do episódio da escuta telefônica que envolveu o ministro Mendonça de Barros e outros. "Em especial, queremos conhecer o motivo de o BNDES ter financiado grupos brasileiros e estrangeiros, com juros 'de pai para filho', na compra de empresas brasileiras. Será que esse tipo de operação se chama privatizar? O BNDES também não é governo?", indagou.

José Eduardo Dutra também questionou o papel desempenhado pelos fundos de pensão. "Eles parecem ter obedecido ordens do governo para comprar esta ou aquela empresa, ao invés de agir no melhor interesse de seus cotistas. Tudo isso é muito estranho, sem esquecer o comportamento do ministro de interferir para alavancar consórcios e obter carta de fiança do Banco do Brasil para concorrentes", concluiu.



José Eduardo Dutra questiona a atuação do BNDES e dos fundos de pensão

CE examina proposta de monitoramento da TV

A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), apreciará hoje, a partir das 12h, requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que propõe a criação de uma subcomissão permanente incumbida da pesquisa, estudo e monitoramento da programação televisiva, além de uma ouvidoria com atribuições permanentes para tratar do assunto.

Pedro Simon defende em seu requerimento a idéia do monitoramento dos programas de TV, observando que as emissoras têm cometido exageros ao divulgar sistematicamente cenas

consideradas inadequadas, fugindo da proposta determinada pela Constituição para aprovação das concessões aos grupos responsáveis. Serão apreciadas também pela comissão a renovação de concessões de emissoras de rádio e televisão, entre elas a do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), do grupo Silvio Santos, no Rio de Janeiro.

A CE examina ainda projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, entre outros.

Hollanda aplaude ações de Weffort em favor da cultura nacional

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) disse ontem que o ministro da Cultura, Francisco Weffort, tem comandado com brilho a política cultural do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e produzido excelentes resultados. "Usando como instrumento a legislação específica de incentivos fiscais, o Ministério da Cultura vem dando forte impulso à imensa variedade de projetos culturais concebidos nos mais diferentes estados e regiões do país", afirmou o senador.

Hollanda explicou que a associação de ações do governo com as da iniciativa privada tem revelado um grande efeito sinérgico, aumentando assim a oferta de eventos e atividades, numa promoção que beneficia a sociedade e a cultura. "Surge, assim, um grande volume de espetáculos teatrais e musicais, de livros de acentuado interesse cultural, de vídeos culturais ou didáticos, de filmes documentários ou de ficção, para cinema e televisão, de discos, de exposições. A essas importantes iniciativas junta-se a de recuperação de edifícios históricos com a participação permanente de empresas no seu uso e manutenção", observou.

Para o senador, o discurso do ministro Francisco Weffort, proferido no Dia da Cultura, deveria ser lido por todos, "pela sua mensagem luminosa, pela sua visão de Brasil. Nas palavras de Weffort, mérito cultural é animar e dar vida ao sonho brasileiro, é construir o futuro do país. Construir o futuro por meio da cultura é a melhor de todas as formas de dar sentido à vida", destacou Hollanda.

Em aparte, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse que o ministro da Cultura tem feito um trabalho excelente e que merece o apoio de todos. Benedita lembrou que Weffort tem encontrado dificuldades que permeiam toda a política em nível nacional e internacional.



Hollanda aponta maior número de eventos

Infra-Estrutura sugere inclusão de cinco obras no Orçamento

Emendas aprovadas beneficiam cada uma das regiões do país. Sugestões serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura aprovou ontem as emendas coletivas de seus integrantes para o Orçamento da União do próximo ano. Das 12 propostas apresentadas, foram selecionadas cinco, todas referentes a obras de caráter nacional, cada uma delas beneficiando pelo menos uma região do país. As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

Para a região Norte, foi votada a construção de um anel rodoviário em Boa Vista (Roraima), orçada em R\$ 5 milhões. Essa emenda foi apresentada pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Emenda apresentada pelo senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propõe a construção e pavimentação de 100 km no trecho rodovi-



O senador Mauro Miranda foi o relator das emendas na Comissão de Infra-Estrutura

ário no entroncamento da MT-320, da BR-163, na divisa de Mato Grosso com o Pará, também foi aprovada pela comissão.

A construção do porto de Luís Correia (PI), emenda do presidente da Comissão de Infra-Estrutura, Elói

Portela (PPB-PI), foi aprovada para beneficiar a região Nordeste. O autor da proposta afirmou que a obra possibilitará que seu estado tenha um desenvolvimento econômico similar aos dos vizinhos Maranhão e Ceará.

O relator das emendas, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), também teve uma proposta de sua autoria escolhida pela comissão. Ele propôs a adequação de trecho de 85 km da BR-153, entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, em Goiás, beneficiando o Sudeste e o Centro-Oeste. A última emenda, previamente aprovada, será indicada pelos senadores da região Sul.

Participaram também da reunião os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Nabor Júnior (PMDB-AC), Geraldo Althoff (PFL-SC), Iris Rezende (PMDB-GO) e José Agripino (PFL-RN).

CAS chega a acordo, elimina doze emendas e aprova cinco

Em reunião extraordinária, a Comissão de Assuntos Sociais decidiu apresentar cinco emendas ao Orçamento da União para 1999, num entendimento que eliminou 12 das 17 apresentadas pelos senadores. O presidente da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA), conduziu esforços para que os senadores se unissem na proposição de cada uma das emendas. Uma delas, destinando R\$ 13,4 milhões para despesas com pessoal, custeio, medicamentos e manutenção dos hospitais Sarah Kubitschek, foi aprovada por todos os integrantes da comissão.

Inicialmente apresentada apenas por Ademir Andrade, essa emenda repõe o valor cortado entre a primeira e a segunda propostas orçamentárias enviadas pelo governo ao Congresso. E destina-se a atender aos hospitais Sarah de Brasília, Salvador, São Luís e Belo Horizonte. Nove senadores apresentaram emendas, mas, no processo de discussão, a comissão chegou à conclusão de que era melhor fazer uma composição para reduzi-las a cinco. "Agora, vamos batalhar para garantir a aprovação

dessas emendas no Orçamento", anunciou Ademir Andrade, ao final da reunião.

Assinada pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Ernandes Amorim (PPB-RO), foi aprovada emenda destinando recursos ao desenvolvimento de ações de promoção humana, de caráter social e comunitário, para atender às ne-



Ao lado de Carlos Bezerra, Ademir comandou esforços para obter a união dos membros da CAS em torno das emendas

cessidades emergenciais da população carente. Outra iniciativa, apresentada pelas senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Emília Fernandes (PDT-RS), destina recursos ao Programa Nacional de Combate ao Trabalho Infantil. As senadoras argumentaram que está na hora de uma mobilização nacional para acabar

com a exploração das crianças.

Também foi aprovada emenda dos senadores Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Jonas Pinheiro (PFL-MT) com o objetivo de coordenar, fomentar e acompanhar a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas. Assinada por Ademir Andrade, foi aprovada emenda destinando recursos para os serviços de recuperação urbanística dos cais das cidades com orla fluvial.

Ademir disse que sua iniciativa destina-se a estimular o turismo na região Norte do país, que possui grande potencial na área. "O desenvolvimento do setor é imprescindível para a recuperação da economia do Norte brasileiro, que se encontra estagnada", argumentou, ressaltando que dezenas de milhares de empregos poderão ser ali criados.

Também estiveram presentes à reunião de ontem da CAS os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), Sebastião Rocha (PDT-AP), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Osmar Dias (PSDB-PR) e Íris Rezende (PMDB-GO).



Benedita da Silva quer convocar chanceler e ministro da Justiça

Benedita cobra medidas contra exploração sexual de brasileiras

"O Brasil não pode continuar a ser a grande referência em exploração sexual", afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), destacando que fatos como a prostituição de brasileiras em Israel, que culminou com o assassinato de Kelly Martins, não representam uma novidade, tendo sido amplamente demonstrados durante a CPI da Prostituição Infantil, realizada em 1993, no Senado.

Para Benedita, o Brasil precisa acabar com a atitude machista de achar que prostituição existe porque "elas querem, elas aceitam", quando a verdade é que se trata de rede de exploração de mulheres, verdadeiras quadrilhas de marginais que enganam essas meninas que apenas querem escapar do desemprego e das desigualdades sociais.

Em suas conclusões, a CPI recomendou que o governo assinasse tratados internacionais para combater o pornoturismo, a prostituição infanto-juvenil e o tráfico de jovens. "Nada foi feito, embora tivéssemos encontrado provas de brasileiras exploradas na Espanha, Alemanha, Portugal, Paraguai e Israel. Além de forçadas a se prostituírem, elas sofriram abusos de violência física e confisco de passaporte, configurando casos de verdadeira escravidão", indignou-se Benedita.

A senadora pelo Rio de Janeiro manifestou sua esperança em ver o momento atual, em que se discute ética e direitos de privacidade, ser também aproveitado para tomada de providências em defesa das jovens brasileiras, antes que sejam todas assassinadas como Kelly. "Precisamos convocar os ministros das Relações Exteriores e da Justiça para exigir novas diretrizes de combate ao tráfico de escravas brasileiras", concluiu Benedita.

Autorizado empréstimo para sanear banco do Maranhão

Com recursos no valor de R\$ 275 milhões, o estado tomará as medidas necessárias para encaminhar a venda da instituição

O plenário do Senado Federal aprovou ontem projeto de resolução que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito, com a União, no valor de R\$ 275 milhões. O dinheiro será destinado ao saneamento e posterior privatização do Banco do Estado do Maranhão (BEM). O projeto de resolução resultou do parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos, conforme relatório do senador Gerson Camata (PMDB-ES).

O contrato está no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e segue as regras estabelecidas na Medida Provisória nº 1.654-25. Essa medida prevê mecanismos para a redução da presença do setor público estadual na atividade fi-



Senador Gerson Camata deu parecer favorável à operação de crédito

nanceira bancária.

Segundo o documento, os recursos a serem liberados pela União se destinam ao provisionamento de

ativos de baixa liquidez (R\$ 33,4 milhões); à constituição de provisão para reconhecimento de passivo não contabilizado (R\$ 26,8 milhões); à contribuição patronal à Caixa de Assistência e Aposentadoria dos Funcionários do BEM (R\$ 18 milhões); à recomposição patrimonial (R\$ 145 milhões); e à aquisição, pelo estado, dos ativos da carteira imobiliária do BEM (R\$ 50 milhões).

O senador Bello Parga (PFL-MA) posicionou-se favoravelmente à operação de abertura de crédito. Ele destacou a importância do saneamento e da privatização do banco, retirando o estado das atividades de instituições financeiras e bancárias. O projeto foi aprovado em votação simbólica sem manifestações contrárias.

Suplicy defende, em questão de ordem, consulta ao Senado sobre acordo com FMI

O acordo de ajuda financeira firmado pelo governo brasileiro – na pessoa do ministro da Fazenda, Pedro Malan – junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a outras instituições internacionais prescinde do aval do Senado Federal? Esta foi a questão de ordem levantada ontem pelo senador Eduardo Suplicy. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acatou a questão e irá respondê-la oportunamente.

Suplicy invocou o inciso V do artigo 52 da Constituição federal, segundo o qual “compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios”. O senador lembrou que a mesma indagação fora formulada na segunda-feira pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA).

Segundo Suplicy, Josaphat – a quem qualificou como um “ilustre parlamentar e brilhante constitucionalista” – destacou que “não existe operação externa de natureza financeira mais qualificada do que a que acaba de ser realizada entre o Brasil, o FMI e outros organismos in-



Suplicy (entre os senadores Elcio Alvares e Antonio Carlos Magalhães) considera indispensável autorização legislativa para operações financeiras internacionais

ternacionais”. O senador observou que Josaphat também estranhou as declarações de Malan, segundo as quais o Senado somente precisará se manifestar se houver um segundo empréstimo oferecido pelo Banco de Compensações Internacionais (BIS, uma espécie de banco central dos bancos centrais).

– Ora, a Constituição não discrimina entre o primeiro e o segundo empréstimo. Não podem pois, desta forma, as normas procedimentais do FMI superporem-se às nor-

mas constitucionais – afirmou.

Suplicy ressaltou que é a população brasileira que vai pagar a conta do empréstimo. Pediu, então, ao presidente do Poder Legislativo que adote providências urgentes para ver cumprida a Constituição federal, com a manifestação do Senado sobre a operação de crédito. Magalhães afirmou que, embora o artigo regimental citado por Suplicy não acolhesse a questão de ordem formulada, a Mesa o faria, examinando-a para uma posterior resposta.

Plenário vai assinalar 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos

O Senado Federal decidiu fazer uma homenagem à Declaração Universal dos Direitos Humanos, que neste ano completa meio século de existência. O plenário aprovou ontem requerimento do

senador Eduardo Suplicy (PT-SP) dedicando a Hora do Expediente do dia 10 de dezembro à comemoração dos 50 anos da declaração. O requerimento foi aprovado por unanimidade.

Dom Paulo Evaristo Arns recebe voto de louvor

O plenário do Senado Federal aprovou ontem, por unanimidade, voto de louvor ao cardeal dom Paulo Evaristo Arns, ex-arcebispo de São Paulo. A homenagem é prestada quando o religioso se aposenta, deixando a Arquidiocese depois de 28 anos. O voto foi proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e teve parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Ao justificar sua proposição, Simon ressaltou a dignidade, a seriedade e a correção que caracterizaram a “presença marcante” do cardeal em um momento muito difícil da história recente do país. Enfatizou também seu papel preponderante na criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na Grande São Paulo.

– É uma homenagem muito justa a um dos grandes nomes da Igreja Católica, um dos grandes nomes da sociedade civil brasileira – afirmou Simon.

O senador manifestou seu apoio ao convite formulado pela Mesa do Senado a dom Paulo, para que venha celebrar a missa de final de ano, nos festejos de Natal dos parlamentares.

Romeu Tuma enalteceu a iniciativa de Simon e recordou a ajuda de dom Paulo em momentos delicados, como nas greves da região do ABC durante o processo de redemocratização do país. O senador lembrou que, então diretor da Polícia Civil de São Paulo, recebeu o cardeal em seu gabinete, por mais de uma vez, na tentativa de uma posição conciliadora.

– Ele esteve sempre pronto a estabelecer uma situação de paz – afirmou.

Ao associar-se à homenagem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a proposta “de inegável justiça e oportunidade” de Simon. O parlamentar lembrou a iniciativa de dom Paulo de criar a Comissão de



Pedro Simon foi o autor da proposta de homenagem a dom Paulo Evaristo Arns

Justiça e Paz na Arquidiocese de São Paulo, após ter sido impedido de visitar presos políticos. Rememorou ainda o ato ecumênico que reuniu cinco mil pessoas contra o regime ditatorial na Catedral da Sé, após a prisão e morte do jornalista Vladimir Herzog nas dependências do II Exército.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ser grande a honra dos catarinenses na homenagem prestada a dom Paulo, nascido há 77 anos em Forquilha (SC). Para ele, o cardeal projeta-se no cenário do mundo inteiro, notadamente no católico. Lembrou, quando governador do estado, ter agraciado dom Paulo com a Medalha Anita Garibaldi, a maior condecoração de Santa Catarina.

Já a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) ressaltou que o rebanho católico segue dom Paulo convencido de que os compromissos do cardeal não são político-partidários, mas de um Evangelho pleno.

Ao declarar a aprovação do voto de louvor, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acrescentou que a Mesa se associava às homenagens a dom Paulo, pelos serviços que prestou não só à Igreja mas a todo o povo brasileiro. Antonio Carlos afirmou que o cardeal se afastava “para melhor servir à Arquidiocese que presidia” e que louvava as palavras de Simon relativas a seu amigo dom Paulo Evaristo Arns.